

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.103 - RS (2019/0265579-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CLEUSA CITRINI VIEBRANTZ
ADVOGADO : LÚCIO FERNANDES FURTADO - RS065084
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE/GT
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARTICIPAÇÕES - CEEE-PAR
ADVOGADOS : RAFAEL FERNANDES ESTEVEZ - RS045863
DANIEL DA SILVA CAMPOS - RS076349
BARBARA CAROLINE ANTUNES DA SILVA - RS097113
JÚLIA ONGARATO DA SILVA MARIA - RS103416

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15 - fls. **561-596 e-STJ**) interposto por CLEUSA CITRINI VIEBRANTZ contra decisão acostada às fls. 521-531 e-STJ que, com fundamento no art. 1.030, inc. I, alínea "b", NCPC, manteve a negativa de seguimento ao apelo especial.

Consta dos autos que a Corte Estadual, ao realizar o juízo prévio de admissibilidade (fls. 476-485 e-STJ) do recurso especial interposto, negou seguimento ao apelo, com fundamento no artigo 1.040, inc. I, do CPC/15, por considerar que a decisão recorrida encontra-se em consonância com decisão proferida por esta Corte Superior em sede de recurso repetitivo.

Em face desta decisão, foi interposto agravo interno (fls. 491-506 e-STJ), ao qual foi negado provimento (fls. 521-531 e-STJ), por decisão assim ementada:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO À VISTA DO RESP 1.370.191/RJ - TEMA 936 DO STJ, E NÃO ADMITIU O RECURSO EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS QUESTÕES.

Estando o aresto proferido por esta Corte de acordo com o entendimento manifestado pelo STJ, em sede de Recursos Repetitivos, no julgamento do REsp. 1.370.191/RJ, deve ser mantida a negativa de seguimento do recurso especial. Inteligência do artigo 1.030, 1, 'b', do Novo Código de Processo Civil.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.

Irresignada, a insurgente interpôs o **segundo agravo em recurso especial** (fls. 561-596 e-STJ), impugnando a decisão que confirmou a negativa de seguimento com fundamento o artigo 1.030, inc. I, do CPC/15, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 603-610 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A insurgência não merece acolhimento.

Superior Tribunal de Justiça

1. A orientação firmada nesta instância superior é no sentido de que, contra a decisão colegiada que confirma a negativa de seguimento ao recurso especial com base em recurso repetitivo não cabe qualquer outro recurso para o Superior Tribunal de Justiça, por ausência de previsão legal.

A admissão da presente irresignação equivaleria a desconstituir as diretrizes legislativas traçadas para implementar, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o julgamento dos recursos repetitivos. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE 2º GRAU QUE, EM AGRAVO REGIMENTAL, MANTÉM DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE, COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, I, B, DO CPC/2015. ART. 1.042 DO CPC/2015. INTERPOSIÇÃO DE NOVO RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO.

PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

V. Mostra-se inadmissível, todavia, a interposição de Recurso Especial contra acórdão que, no julgamento de Agravo Regimental ou interno, em 2º Grau, mantém a decisão que negou seguimento ao apelo anterior, com base no art. 1.030, I, b, do CPC/2015 (art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73. Com efeito, "o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça firmaram entendimento no sentido de que o único recurso cabível para impugnação de possíveis equívocos na aplicação do art. 543-B ou 543-C, do CPC, é o agravo interno, a ser julgado pela Corte de origem, não havendo previsão legal de cabimento de recurso ou de outro remédio processual. (...) Desta forma, sendo negado provimento ao agravo interno contra decisão que indeferiu o processamento do recurso especial com base no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, contra tal acórdão não cabe a interposição de qualquer recurso, por ser inadmissível o recurso especial que aponta violação ao art. 543-C, § 7º, I, do CPC, e por conseguinte, do respectivo agravo em recurso especial" (STJ, AgRg no AREsp 617.182/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/02/2015). Em igual sentido: STJ, AgRg no AREsp 652.000/PB, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 17/06/2015; AgRg no REsp 1.509.944/PB, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/05/2015; AgRg no AREsp 535.840/PB, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/09/2014.

VI. Tal compreensão restou ratificada pelo art. 1.042 do CPC/2015, que dispõe que "cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos".

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1163185/PE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NA PETIÇÃO - RECURSO ESPECIAL DENEGADO NA ORIGEM COM FUNDAMENTO NO REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS (ART. 1.040, I, DO CPC/2015) - COMPETENTE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO NA ORIGEM (ART. 1.040, § 2º, DO CPC/2015) - DENEGAÇÃO - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSO DESSA DECISÃO - FUNDAMENTOS DA

Superior Tribunal de Justiça

DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS.

1. É incabível qualquer recurso contra o acórdão proferido no agravo interno pela corte de justiça que refuta a decisão de admissibilidade do recurso especial, isto porque foi uma opção política do legislador dar a máxima efetividade à sistemática dos recursos repetitivos, atribuindo exclusivamente, aos tribunais ordinários, a competência, em caráter definitivo, de proferir juízo de adequação da hipótese concreta ao precedente proferido em recurso repetitivo (AgInt na Pet n.º 11.939/PE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 19/06/2017).

[...]

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt na Pet 11.749/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. COMPROVAÇÃO. DOCUMENTO IDÔNEO. QUESTÃO DE ORDEM NO AG 1.154.599/SP. CORTE ESPECIAL. AGRAVO DO ART. 544 DO CPC CONTRA DECISÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE OBSTA O RECURSO ESPECIAL NOS TERMOS DO ART. 543-C, § 7º, I, DO CPC. NÃO CABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. A Corte Especial, em julgamento da Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP, firmou entendimento no sentido de não ser cabível agravo contra decisão que nega seguimento a recurso especial com fundamento no artigo 543-C, § 7º, inciso I, do CPC.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 815.007/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 07/06/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NO ART. 453-C, § 7º, I, DO CPC. INEXISTÊNCIA DE RECURSO PARA O STJ. MEDIDA CAUTELAR INCABÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Contra a decisão que nega seguimento a recurso especial com base no art. 543-C, § 7º, I, do Código de Processo Civil, não cabe recurso para o Superior Tribunal de Justiça.

2. Entendendo que a norma foi aplicada de forma equivocada, pode o recorrente manejar agravo interno ou regimental na origem, demonstrando a especificidade do caso. Dessa segunda decisão, entretanto, não há mais recurso, sendo essa a sistemática adotada pelo legislador ao definir as diretrizes para o processamento e o julgamento dos recursos repetitivos.

3. Entendimento então adotado por esta eg. Corte, com o intuito de propiciar a máxima efetividade à sistemática dos recursos representativos da controvérsia, implementada pela Lei 11.672/2008, agora incorporado pelo novel sistema processual (NCPC, art. 1.030, § 2º).

4. Medida cautelar incabível.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg na MC 23.595/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 12/08/2016) [grifou-se]

No caso, ademais, o presente agravo foi interposto em face de decisão **colegiada**, que confirmou a negativa de seguimento com base no artigo 1.030, inc. I, do CPC/15, sendo manifesto seu descabimento.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, **não se conhece** do agravo em recurso especial de fls. 561-596 e-STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator

